

Filipe Carreira da Silva
Antónia Ramírez Pérez
Mónica Brito Vieira

Capítulo 9

Classe, cidade e poder: nova classe média, valores políticos e cidades globais*

Formulando o problema

Provavelmente, não existe um texto sociológico mais influente sobre a natureza da relação entre a pertença objectiva a uma classe social, a dimensão simbólica associada a esta pertença, o exercício do poder e a influência exercida na sociedade, como um todo, do que o famoso «Classe, *status* e partido» de Max Weber (1905). A tese weberiana fez escola: no contexto de uma modernidade entendida como um processo de racionalização societal, de progressiva diferenciação das esferas de valor e de consequente desencantamento do mundo da vida, a forma como Weber descreve a intrincada relação entre a pertença objectiva a uma classe, a dimensão simbólica desta pertença e o exercício da influência e poder sobre a sociedade inspirou gerações de cientistas sociais (v., por exemplo, Bendix e Lipset 1953).

É, aliás, também em Weber que encontramos o autor responsável por outro texto fundamental sobre as origens urbanas da noção moderna de cidadania. Em *A Cidade* (1921), Weber discorre sobre o percurso histórico do processo de urbanização no Ocidente, cujas origens remontam à Idade Média e cujas múltiplas causas explicativas – económicas, políticas e sociais – estão justamente na origem da situação analisada em «Classe, *status* e partido». Passou entretanto cerca de um século desde a publicação destes dois textos seminais, e muito do teor trágico das teses weberianas, nomeadamente a tese da racionalização formal (e instru-

* Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no IX Congresso Espanhol de Sociologia, organizado em Barcelona entre 13 e 15 de Setembro de 2007.

mental) progressiva trazida pela modernidade, veio a ser confirmado pela experiência histórica do século xx. Mas o que dizer do pessimismo de Weber quanto ao futuro da cidade, que entretanto perdera o seu carácter militar, bem como muita da sua autonomia legal e política, se não mesmo da sua dimensão cívica, a favor de um Estado-nação fortemente centralizado e cioso da unicidade dos seus poderes? O que dizer das possibilidades de reinvenção da cidade no momento em que este mesmo Estado perde funções, recursos e poderes efectivos de actuação, às mãos de processos externos de globalização dos mercados financeiros e de formação de espaços globais de produção e de consumo e de processos internos de devolução de poderes. Vaticinado que fora o fim da «era da cidade», estaremos hoje obrigados – muito em particular aos valores e práticas característicos do seu corpo de cidadãos numa era de interdependência globalizada – a ela regressar?

O propósito deste capítulo é, pois, o de procurar elucidar aspectos da nossa condição hodierna à luz de problemáticas inauguradas por Weber. Em particular, o nosso objectivo é o de analisar o perfil sociológico dos habitantes das cidades recentemente tornadas globais. Da mesma forma que os cidadãos das cidades do Norte e Centro da Europa medieval ajudaram Weber a analisar a situação política do seu tempo, também julgamos importante conhecer o perfil sociológico daqueles que hoje em dia se encontram mais expostos aos efeitos do processo de globalização económica e cultural em curso nas conurbações entretanto tornadas globais.

Se algo distingue a era de globalização em que vivemos é a disseminação planetária de um conjunto de valores e estilos de vida através quer dos meios de comunicação de massas (televisão, Internet) e da indústria de entretenimento (cinema, música), quer através do aumento exponencial das possibilidades de mobilidade espacial. Direitos humanos, democracia representativa, liberdade de expressão e informação, são hoje em dia tópicos de discussão política em qualquer parte do mundo, sobretudo por referência *aos mesmos* acontecimentos, protagonistas e problemáticas. Prenúncio do advento de um espaço público global, nos dias que correm muitas edições de telejornais na maioria dos países abrem com os mesmos acontecimentos, do 11 de Setembro de 2001 às negociações do Protocolo de Quioto, passando pelo conflito na Tchetchénia ou pelo conflito israelo-árabe. Tal como a globalização parece ter uma agenda, também parece ter protagonistas.

Não deve ser, pois, de estranhar que alguma da literatura sociológica produzida nos últimos anos sobre o fenómeno da globalização tentou

oferecer uma análise do perfil sociológico destes mesmos «protagonistas». Mais concretamente, autores como Herman L. Boschken vieram sugerir que uma das características mais distintivas das chamadas cidades globais é a proporção superior à média de uma nova classe média-alta que serve de porta-estandarte a estilos de vida e perfis profissionais típicos da era da globalização. Concretamente, profissões com elevado grau de competências tecnológicas em empresas multinacionais e estilos de vida caracterizados por uma marcada mobilidade geográfica e profissional são apresentadas por estes autores como possíveis ilustrações sociológicas da globalização económica dos nossos dias. Boschken, porém, apesar de sugerir que os resultados da sua investigação são extensíveis ao conjunto das «cidades globais» em formação, restringe a sua análise à nova classe média-alta emergente nos Estados Unidos, ficando, pois, por determinar quão global será, de facto, o novo tipo social que o autor detecta (Boschken, 1998, 2000 e 2003). Esta é a principal questão que pretendemos ver respondida neste capítulo – em que medida é perceptível a emergência de um novo grupo sócio-económico a nível global cujos valores e práticas políticas são, simultaneamente, *diferentes* dos das restantes classes sociais do seu país de origem e *semelhantes* aos de classes sociais equivalentes noutros países?

O carácter parcial do estudo de Boschken está na base do primeiro ângulo de análise aqui proposto, o qual pode, para efeitos de exposição, ser reconduzido a duas questões, às quais tentaremos responder: (1) existirá realmente um tal nova classe média-alta (CMA), exibindo valores próprios, contrastantes com os dos demais segmentos da população?; e, a ser assim, (2) será que o sistema de valores e as práticas desta nova classe apresentam um carácter verdadeiramente global, isto é, será que se verifica um real «efeito-globalização» sobre estas práticas e representações das classes médias-altas dos mais variados pontos do globo? Convém sublinhar que o aspecto crucial desta análise reside na variável territorial da nossa análise, no caso o «país». O «efeito-globalização», a verificar-se, consiste no facto de que as classes médias-altas de *diferentes países* partilham *o mesmo conjunto de valores*.

Um segundo ângulo analítico deste capítulo prende-se com a concentração espacial, sem precedentes, em meia dúzia de grandes metrópoles de grande parte dos fluxos transnacionais de capital, apesar da natureza eminentemente difusa do sistema económico transnacional, tal como hoje o conhecemos: Nova Iorque, Londres e Tóquio são, deste ponto de vista, as primeiras cidades globais (Sassen 1991 e 1998). O que delas faz paradigma de um novo tipo de «cidade» é o facto

de se terem transformado numa plataforma estratégica de ligações globais, em resultado quer da revolução tecnológica dos sistemas de telecomunicações das últimas décadas, quer do alargamento do sistema económico capitalista a todo o globo após a derrocada do império soviético no final dos anos 80. Em cidades como estas passou, desde então, a estar concentrada a rede de centros de comando de um sistema económico capitalista orientado para a produção de conhecimento necessário à gestão dos fluxos internacionais de informação, capital e recursos humanos. Nova Iorque, Londres e Tóquio são, portanto, alguns dos pontos nodais mais conhecidos de uma autêntica rede urbana transnacional (Sassen 1998, xxvi), hierarquicamente organizada, que inclui um número crescente de centros urbanos à medida que os processos de modernização e globalização económica e cultural alastram a todo o planeta. Capitais de menor dimensão, como Lisboa ou Helsínquia, ou megalópoles, como São Paulo, Xangai ou Bombaim, constituem, deste ponto de vista, outros tantos pontos nessa emergente rede urbana transnacional, cada vez mais conectada entre si e desconectada dos territórios em que cada uma destas «ilhas urbanas» se localiza.

O carácter crescentemente urbano do processo de globalização, que o surgimento de «cidades globais» testemunha, é, por conseguinte, o segundo ângulo da análise oferecida neste capítulo. A globalização e o advento de cidades globais são, a partir desta perspectiva, duas realidades intimamente associadas. Quanto mais intensos são os fluxos transnacionais que vão definindo a pegada da globalização económica deste início de milénio, mais concentradas, dinâmicas e multiculturais é de esperar que sejam também as conurbações onde vivem e/ou laboram os «protagonistas» desta nova era económica. O modo como estes dois vectores de análise se entrecruzam é, desde logo, claro. Tal como fizemos notar, o «efeito-globalização» é por nós entendido como sendo mediado, se não mesmo sustentado, pela existência de cidades globais. Por outras palavras, se estas cidades são, como vem sendo proposto, pontos nodais de um sistema urbano crescentemente transnacional, cobrindo todo o planeta e compreendendo uma complexa hierarquia de cidades, então é de esperar que a exposição à vida urbana, *maxime* em cidade globais, seja uma variável de especial destaque nos países de pertença dos membros desta nova classe média-alta. O «efeito-globalização» será, pois, tanto mais intenso quanto menores forem as diferenças entre os valores e as representações políticas das classes médias-altas de país para país. Pelo contrário, se a variável «país de pertença» introduzir

diferenças significativas entre os valores abraçados pelas várias classes médias-altas, então isso será um indicador de que o «efeito-globalização» é, afinal, deveras mitigado, na medida em que as idiosincrasias nacionais ainda desempenham um papel de relevo na definição diferenciada do quadro de valores políticos dos respectivos habitantes.

Mas a nossa análise desenvolve-se ainda a um terceiro nível, que importa, desde logo, explicitar, a saber: o da natureza dos valores definidores desta nova classe média-alta. De acordo com Terry N. Clark, são de distinguir três fases sucessivas no processo de globalização económica em curso. Num primeiro momento, que se desenvolveu sobretudo a partir dos anos 60, ter-se-á verificado uma separação geográfica entre, por um lado, a produção de bens e, por outro, os locais do seu consumo. Uma tal separação terá sido possibilitada por inovações tecnológicas, como foi o caso da chamada «revolução dos contentores»: a criação de contentores de dimensão standardizada permitiu o aumento exponencial das trocas comerciais intercontinentais nas últimas décadas do século XX. Já numa segunda fase, a partir da década de 80, o processo de globalização terá resultado no surgimento de um estilo de vida consumista, cosmopolita e orientado por valores progressistas, tal como o multiculturalismo. A área da cultura assume-se então como domínio crítico do processo de globalização. Consumo e entretenimento são, também eles, centrais nesta nova fase, em que as grandes cidades progressivamente se assumem como o *locus* privilegiado de desenvolvimento e manifestação destes novos padrões de comportamento social e estilos de vida que se lhe encontram associados. A terceira fase da globalização ter-se-á iniciado em meados dos anos 70, tendo-se, porém, intensificado na década de 90, e tem por traço distintivo o realinhamento das tradicionais clivagens políticas (esquerda-direita) a nível local ou municipal. Surge, assim, no entender de Clark, uma «nova cultura política» (NCP), que combina liberalismo social (isto é, valores sociais progressistas, até então associados às esquerdas políticas, centrados em questões como o género, raça, orientação sexual, identidade, multiculturalismo, ecologia, etc.) com conservadorismo fiscal (isto é, defesa do liberalismo de mercado, da austeridade fiscal e de um Estado reduzido, usualmente associada à direita neoliberal). Esta nova combinação de valores resulta, segundo Clark, num movimento no sentido da superação da tradicional *class politics* (política classista), que havia definido o campo político durante grande parte do século XX, e do declínio das organizações políticas hierárquicas tradicionais (designadamente dos par-

tidos políticos), a favor da ascensão de uma *issue politics* (política de causas), preconizada pelos novos movimentos sociais, e requerendo uma participação mais intensa de um corpo de cidadãos activista e informado que se organiza em torno de uma agenda política da sua escolha (Clark e Hoffman-Martinot 1998).

Ora um dos propósitos deste capítulo é, justamente, testar a validade da hipótese levantada por Clark. Até que ponto – perguntamo-nos – se perscruta o advento de uma «nova cultura política» no sistema de valores crescentemente adoptado pela nova classe média-alta identificada por Boschken, uma classe que, segundo as teses que nos servem de base a este trabalho, se encontrará sobrerrepresentada na rede urbana transnacional (parecendo, portanto, ajudar a defini-la), de que nos fala Sassen?

É, pois, no cruzamento destas três perspectivas sobre o fenómeno da globalização – o carácter global do sistema de valores típico de uma possível «nova classe média-alta», o seu carácter eminentemente urbano e, finalmente, a natureza distintiva dos valores que a identificam – que se situa o nosso argumento. A sua originalidade reside na circunstância de, até ao momento, não existir um estudo que combine, a um tempo, estes três olhares sobre o processo de globalização.

Nova classe média-alta, valores e cidades globais: criação de indicadores para a sua medição

Os dados empíricos por nós utilizados para testar as hipóteses acima enunciadas provêm do questionário internacional do *International Social Survey Project* (ISSP) de 2004, que inclui uma bateria de questões sobre práticas e valores de cidadania. Neste capítulo são utilizadas as respostas de um total de 48 646 entrevistados repartidos por um total de 36 países (v. quadro 9.1).¹

¹ Três países, Chile, Filipinas e Venezuela, não foram incluídos neste estudo por faltarem as variáveis necessárias para testar os fundamentos analíticos que o sustentam.

Quadro 9.1 – Descritivos dos países incluídos no estudo

	População (em milhares) (2005) *	Amostra	Porcentagem sobre o total	Erro
África do Sul (ZA)	47 432	2 784	5,7	0,01
Alemanha Ocidental (DE-W)	69 408	896	1,8	0,03
Alemanha de Leste (DE-E)	13 281	436	0,9	0,04
Austrália (AU)	20 155	1 914	3,9	0,02
Áustria (AT)	8 189	1 006	2,1	0,03
Bélgica (FLA)	10 419	1 398	2,9	0,02
Brasil (BR)	186 405	2 000	4,1	0,02
Bulgária (BU)	7 726	1 121	2,3	0,02
Canadá (CA)	32 268	1 211	2,5	0,02
Chipre (CY)	835	1 000	2,1	0,03
Coreia do Sul (KR)	47 817	1 312	2,7	0,02
Dinamarca (DK)	5 431	1 186	2,4	0,02
Eslovénia (SL)	1 967	1 054	2,2	0,02
Espanha (ES)	43 064	2 481	5,1	0,01
Estados Unidos (US)	298 213	1 472	3,0	0,02
Finlândia (FL)	5 249	1 354	2,8	0,02
França (FR)	60 496	1 419	2,9	0,02
Grã-Bretanha (GB)	59 668	853	1,8	0,03
Hungria (HU)	10 098	1 035	2,1	0,03
Irlanda (IE)	4 148	1 065	2,2	0,03
Israel (IL)	6 725	1 184	2,4	0,02
Japão (JP)	128 085	1 343	2,8	0,02
Letónia (LV)	2 307	1 000	2,1	0,03
México (MX)	107 029	1 201	2,5	0,02
Noruega (NO)	4 620	1 404	2,9	0,02
Nova Zelândia (NZ)	4 028	1 370	2,8	0,02
Países Baixos (NL)	16 299	1 823	3,7	0,02
Polónia (PO)	38 530	1 277	2,6	0,02
Portugal (PT)	10 495	1 602	3,3	0,02
República Checa (CZ)	10 220	1 322	2,7	0,02
República Eslovaca (SK)	5 401	1 072	2,2	0,03
Rússia (RU)	143 202	1 789	3,7	0,02
Suécia (SE)	9 041	1 295	2,7	0,02
Suíça (CH)	7 252	1 078	2,2	0,03
República da Formosa (Taiwan) (TW)	22 894	1 781	3,7	0,02
Uruguai (UY)	3 463	1 108	2,3	0,02
Total	1 451 860	48 646	100,0	0,02

* Os dados sobre a população dos 36 países foram recolhidos junto da Divisão de População, do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, e reportam-se ao ano de 2005 (daí a diferença sensível em relação ao número de habitantes que serviu de referência às amostras nacionais do ISSP 2004).

A nova classe média-alta

Para a criação do indicador que dá conta da posição social dos inquiridos foram utilizadas quatro perguntas do questionário.

Quadro 9.2 – Classe média-alta: origem do indicador (total de países)

Alfa de Cronbach = 0,619 *	Média da escala, se item sair	Variância da escala, se item sair	Item corrigido – correlação total	Alfa de Cronbach, se item sair
Autoposicionamento	112,23	3032,8	0,409	0,549
Ocupação	107,75	1733,08	0,562	0,418
Nível de instrução	103,91	2019,96	0,571	0,394
Rendimento familiar	157,52	4233,73	0,319	0,677

* Por países, o valor mínimo do alfa de Cronbach situa-se nos Estados Unidos (0,409). O valor máximo, por seu turno, encontra-se em Chipre (0,777).

No seu conjunto, procurámos incluir aqueles critérios que comumente definem a inclusão dos indivíduos numa determinada classe social, como é o caso do seu nível de instrução e tipo de ocupação profissional.² Para além destes critérios, decidimos incluir também a variável «rendimento do agregado familiar» a fim de determinar a presença ou não da invocada nova classe média-alta nas cidades ditas globais.³ Mas, ao fazê-lo, tivemos, em razão da natureza comparativa do nosso estudo, de seguir um critério diferente do utilizado por Boschken na sua análise do caso americano. Em vez dos 75 000 dólares mensais auferidos pelos agregados familiares que Boschken havia definido como limiar mínimo para determinar a pertença à classe média-alta nos EUA, optou-se aqui por criar um indicador de rendimento relativo em função do rendimento médio de cada país estudado.⁴

² Entre outros, são de consultar os trabalhos de Carabaña (1995) e Rosa (2005), que tanto para o caso espanhol quanto para o português, definem posições de classe com base nos critérios utilizados por Erik Olin Wright (1994).

³ É curioso, por exemplo, observar como, numa cidade como Londres, os preços no mercado imobiliário sobem exponencialmente em cada início de ano, uma subida que se encontra directamente relacionada com o pagamento dos prémios anuais dos trabalhadores da *City*, cujos rendimentos podem ser da ordem dos vários milhões de libras esterlinas.

⁴ Para construir a variável «rendimentos familiares» (v255) homogeneizaram-se, primeiro, os rendimentos mensais para todos os casos, segundo o país de origem. Segundo, tendo em atenção que em cada país a questão relativa ao rendimento foi colocada por referência à moeda nacional, e a fim de obter o peso relativo do rendimento familiar respeitando as diferenças entre os países analisados, foi estabelecida a média do rendimento familiar em cada país. De seguida, os casos de cada país foram divididos por esta média.

Por último, foi por nós adicionada a variável «autoposicionamento», para a determinação da posição do entrevistado na estrutura social do país de origem. É de salientar que não é particularmente comum incluir-se a «posição de classe subjectiva» no conjunto de variáveis tidas por necessárias à construção do indicador «classe social». No entanto, decidimos, neste caso, fazê-lo para tornar este indicador mais robusto do ponto de vista estatístico. E, com efeito, o alfa de Cronbach diminui cerca de 70 pontos se esta variável for excluída do indicador (alfa = 0,619 e alfa = 0,549, respectivamente).⁵

O quadro 9.3 mostra as pontuações médias de cada uma das variáveis standardizadas numa escala de 0 a 100.⁶ No âmbito deste capítulo, considera-se que os indivíduos pertencem à classe média-alta na medida em que mais se aproximem do valor 100 das variáveis de autoposicionamento, ocupação, grau de instrução e rendimento. Este segmento da população, que se caracteriza por elevados níveis de rendimento, alto grau de escolaridade, ocupações profissionais de topo, assim como por uma identificação com o grupo social de pertença particularmente elevada, é por nós tido como fazendo parte daquilo que Boschken designa como «nova classe média-alta». Este quadro mostra, igualmente, a média do indicador «classe média-alta» (39,06), isto é, a pontuação média da população objecto de estudo tende para a zona esquerda da escala (0,100).

Quer isto dizer que a maior parte da população pertence à classe média ou média-baixa, tal como se tentou ilustrar na figura 9.1. Nesta foram elaboradas quatro categorias de classe social para melhor visuali-

⁵ As perguntas e variáveis do questionário encontram-se disponíveis na página Web do ISSP, http://www.geis.org/en/data_service/issp/data/2004_Citizenshihtm (24-10-2007). As que correspondem a cada variável necessária para construir o indicador são, no caso do autoposicionamento social, a v301; para a ocupação profissional, construiu-se uma variável a partir da variável v246, localizando-se os trabalhos de menor prestígio e exigindo menor qualificação formal na zona esquerda da escala do valor gerado na nossa nova variável, isto é, gerando-se uma variável ordinal com base no maior ou menor prestígio da ocupação profissional desempenhada. Procedeu-se de forma semelhante para gerar a variável «nível de educação formal» a partir da variável v205. A variável que capta os rendimentos da unidade familiar é a v255 (mensal). Finalmente, por falta de espaço não se mostram os alfas de Cronbach para cada um dos países incluídos. No seu conjunto, pode dizer-se que a inclusão das quatro variáveis para construir o indicador é aceitável em todos os casos. A Grã-Bretanha, a Rússia e a África do Sul constroem o indicador a partir das três variáveis, visto que nestes países não se perguntou pelo autoposicionamento social dos inquiridos.

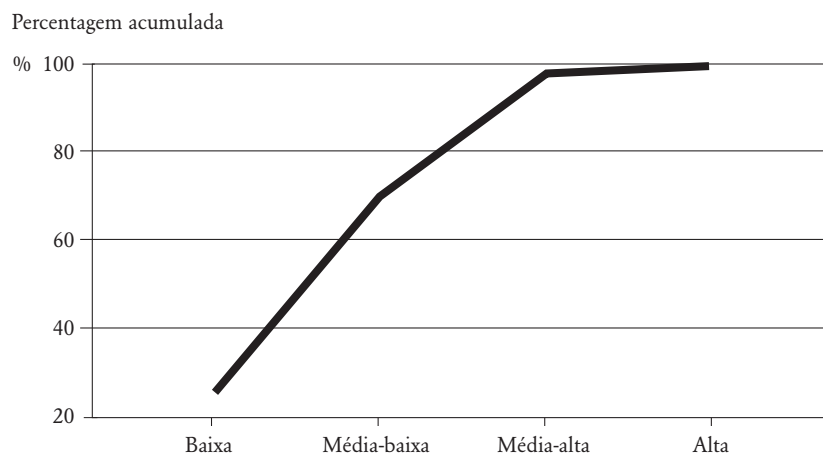
⁶ No âmbito deste estudo, standardizaram-se todas as suas variáveis numa escala (0,100) de modo a facilitar a visualização dos dados. Da mesma forma, as nossas hipóteses e pressupostos serão apresentados tendo em consideração a sua presença próxima do valor 100 da variável. Os resultados das análises feitas devem, por conseguinte, interpretar-se tendo por referência esta mesma escala.

Quadro 9.3 – Indicadores de classe média-alta: descritivos

	Média	Casos
Autoposicionamento	47,68	41 210
Ocupação	51,76	37 974
Nível de instrução	52,86	48 289
Rendimento familiar	2,85	40 049
Classe média-alta	39,06	48 592

zação, a partir da criação de quartis, podendo observar-se que as classes baixa e média-baixa acumulam cerca de 70% da amostra, chegando a 95% quando se incorpora igualmente a classe média-alta. Por último, a classe alta constituiria cerca de 5% da amostra.

Figura 9.1 – Classe média-alta: percentagem acumulada segundo quartis



Valores e comportamentos

Para a construção dos indicadores associados a orientações normativas e diferentes comportamentos de cidadania teve-se em consideração um conjunto de novas variáveis do questionário. Em concreto, foi tida em conta, por um lado, uma série de indicadores relativos a orientações normativas sobre valores cívicos e a arte do bom governo, alguns dos quais tocam em aspectos directamente relacionados com a «nova cultura política», ao passo que outros indicadores foram incluídos para testar a sua relação com este conceito. Para além destes, foi também analisada toda uma série de variáveis referentes a comportamentos políticos

e a questões éticas associadas a formas de convivência social e crenças. Os três tipos de variáveis encontram-se apresentados no quadro 9.4, tal como os respectivos descritivos.

Sobre a primeira questão, governo e valores cívicos, foram criados cinco indicadores. O primeiro deles, «democracia activa», trata de saber até que ponto o corpo de cidadãos analisado atribui particular valor à sua intervenção na vida pública, isto é, à sua participação mais directa e mais activa no processo de formação de políticas públicas e de tomada de decisões políticas.⁷

O segundo indicador, «força partidária», seguindo a hipótese do advento de uma «nova cultura política» marcada pela automobilização (v. capítulos 6 e 7 deste volume), trata de determinar se os cidadãos se relacionam com o poder político (governo) através da mediação de estruturas organizativas hierárquicas tradicionais, como os partidos políticos, as associações cívicas ou os sindicatos, ou, se, pelo contrário, se automobilizam mais espontaneamente em torno de determinadas questões-chave a fim de participarem na formação das políticas públicas (desafiando, assim, os partidos e os seus programas), bem como para pressionarem no sentido da introdução de inovações políticas e da exigência de uma maior responsabilização directa dos governos perante os seus eleitores.⁸

⁷ Para elaborar este indicador foram utilizadas três variáveis: v33, questionando se o exercício da cidadania se deve orientar para a participação activa nas decisões públicas; v34, relativa ao grau de envolvimento dos cidadãos nos processos de decisão pública; v35, relativa ao dever de levar a cabo actos de desobediência civil caso essas decisões sejam contrárias às preferências/interesses da maioria. O alfa de Cronbach para construir esse indicador é = 0,556, aumentando para 0,718 quando se elimina a terceira das variáveis (não incluímos as análises realizadas para este e demais indicadores por motivos de limite de espaço; não obstante, inclui-se uma descrição dos seus resultados). No entanto, tendo em consideração o conceito que se pretende medir, foi entendido dever manter-se essa variável. Curiosamente, os países onde o alfa não diminui, pelo contrário, manter-se-ia ou aumentaria, caso fosse eliminada a variável «desobediência civil», são os países da Europa de Leste, onde é mais recente a transição para a democracia (Bulgária, Eslovénia, Hungria, Letónia), e a Suíça.

⁸ Este indicador é extraído da variável v258, o qual é derivado da questão «em que partido votaria caso houvesse no seu país eleições a curto prazo» (variáveis v259 a v296 no questionário internacional). Uma excepção verifica-se, porém, nos casos da Espanha, Irlanda, Coreia do Sul, México, Nova Zelândia, República Eslovaca, Uruguai e Venezuela, onde se pergunta, directamente, pela ideologia política abraçada pelo inquirido. Neste trabalho, a variável v258 é tratada por forma a construir-se uma variável dicotómica, em que 0 representa cidadãos pertencentes a um partido político, isto é, manifestando uma preferência clara no tradicional eixo esquerda-direita, e 100 os cidadãos que não manifestam qualquer preferência partidária.

Para a construção do terceiro indicador, relativo à «avaliação do funcionamento dos serviços públicos», tomaram-se em consideração as respostas dadas a três perguntas, através das quais se tenta avaliar a percepção que os cidadãos dos diferentes países têm do grau de eficiência e níveis de corrupção da administração pública. Entendeu-se aqui que uma avaliação de mau funcionamento (revelado por pontuações próximas de 100) implica uma percepção de pouca eficácia e disfuncionalidades, tais como a corrupção e o clientelismo. Com este indicador, tentou-se avaliar a hipótese levantada por Clark e Hoffmann-Martinot de que os cidadãos que abraçam a «nova cultura política» são especialmente cépticos em relação às grandes burocracias centrais e à sua capacidade para prestar, eficientemente, serviços e bens públicos, demonstrando, pois, um particular apoio a processos de descentralização, redução do aparelho de Estado, métodos de gestão privada e subcontratação de serviços, sobretudo ao sector privado, mas também a escalas de governação regionais e municipais.⁹

O quarto indicador, «confiança cívica», é obtido a partir de duas variáveis, uma delas com informação sobre percepções individuais do nível de sinceridade/honestidade dos demais cidadãos, a outra sobre se estes últimos actuam, na generalidade dos casos, de forma a poder gerar-se expectativas fiáveis ou a confiar-se neles.¹⁰ Por último, surge o indicador «tolerância social», igualmente aduzida como característica da NCP típica das classes médias-altas urbanas. Este indicador foi construído a partir de perguntas aplicadas em apenas 17 dos 36 países analisados. Em concreto, os inquiridos foram indagados sobre a importân-

⁹ Com um alfa de Cronbach = 0,652, as variáveis deste indicador seriam v.57, relativa à percepção de se os serviços públicos são prestados com empenho, a v.58, relativa a se se procede à correcção dos erros graves cometidos pelo pessoal afecto aos serviços públicos, e a v.59, sobre o grau de extensão da corrupção na administração pública. A terceira variável, corrupção, é aquela que mais altera, no seu conjunto, os resultados do alfa de Cronbach, tanto no conjunto da amostra como nas subamostras respeitantes a cada um dos países. Não obstante, na maioria dos países analisados o valor do alfa permite construir um indicador a partir destas três variáveis. Mais ainda, quando eliminada a variável «corrupção», aumenta o valor do alfa para países como a Dinamarca, Hungria, México, Nova Zelândia, Rússia e Uruguai. Por seu lado, ocorre a situação inversa, isto é, diminui o valor, quando este se elimina nos Estados Unidos, França, Polónia e República Checa. Apenas num país o alfa é < 0,300, Israel, por existir uma associação negativa entre a segunda e a primeira e terceira variáveis (alfa = 0,296).

¹⁰ As variáveis de ambas as perguntas são, respectivamente, a v.45 e a v.46. A correlação de Pearson é = 0,272, com um grau de significação de $p = 0,000$. Apenas em dois países as variáveis se correlacionam negativamente, África do Sul (-0,068) e México (-0,004), não existindo uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis no caso do México.

Quadro 9.4 – Valores e comportamentos cívicos e políticos: descritivos

	Média	N
Democracia activa	80,76	47 879
Nenhuma preferência partidária	(%) 20,5	35 054 *
Mau funcionamento dos serviços públicos	57,64	47 317
Confiança cívica	48,76	47 667
Tolerância em relação às pessoas	70,77	21 860
Mobilização	30,73	48 207
Nenhuma religião	(%) 21,8	46 027
Viver em união de facto	(%) 18,9	20 093

* Este e os três valores que mostram a percentagem, não a média, mostram o número total de casos respondidos nesta pergunta.

cia de mostrar respeito quando se conhece alguém e sobre a importância de mostrar tolerância em situação de discordância de opiniões.¹¹

Para conhecer os comportamentos políticos construiu-se o indicador «mobilização», através do qual se tenta averiguar até que ponto os cidadãos levam a cabo acções que pressupõem uma resposta activa às políticas públicas adoptadas e implementadas pelas instituições governamentais, independentemente da esfera da política pública em particular (economia, meio-ambiente, aborto, etc.). Especificamente, as acções tidas em conta referem-se à assinatura de petições, ao boicote a produtos por razões políticas, éticas ou ambientais, à participação em manifestações, em encontros políticos ou à discussão em novos fóruns políticos, designadamente aqueles cuja criação foi possibilitada pelo advento de novas tecnologias, em particular a Internet.¹²

Por último, as variáveis tidas em conta para medir as questões éticas relacionadas com o desenvolvimento de novos estilos de vida foram, por um lado, a pertença ou não a uma religião, com as racionalidades axiológicas e teleológicas daí decorrentes, e, por outro, a vivência em união de facto sem recurso ao vínculo formal do matrimónio. A literatura existente sobre a «nova cultura política» sugere que o correlato so-

¹¹ A correlação com um R de Pearson = 0,513 com um grau de significação de $p = 0,000$ obtém-se a partir das variáveis v68 e v69. Os países incluídos são a Austrália, a Bélgica, o Canadá, a Dinamarca, a Espanha, a França, a Letónia, a Noruega, a Nova Zelândia, os Países Baixos, Portugal, a República Checa, a República Eslovaca, a Rússia e a República da Formosa.

¹² Em concreto, correspondem às variáveis v17, v18, v19, v20, v24, respectivamente. O alfa de Cronbach = 0,734 para este conjunto de variáveis, sem grandes diferenças de pontuação entre países.

cial da adopção de valores e o desempenho de práticas políticas características deste novo paradigma político (Clark e Hoffman-Martinot 1998) são justamente a adopção destes novos estilos de vida (designados por «liberalismo social»). Tomando por boa tal relação, isto é, que estilos de vida alternativos e a NPC são fenómenos estreitamente associados, a nossa análise visa descobrir se existe realmente uma relação entre esta NPC e a classe média-alta.¹³

O «efeito-globalização»

Nesta secção pretendemos discutir o fenómeno comumente designado por «globalização» do ponto de vista das suas possíveis consequências sobre os valores e práticas políticas dos indivíduos mais expostos a este processo. Como vimos no início, existem fortes indícios de que o processo de globalização económica e cultural em curso, sobretudo a partir da última década do século XX, se faz sentir com maior intensidade nos principais centros urbanos do planeta. Desta perspectiva, falar-se de «efeito-globalização», ou «efeito-cidades globais», remete para um mesmo fenómeno, a saber, a gradual convergência de práticas e valores em direcção a um modelo moderno de sociabilidade que teve origem no Noroeste ocidental nos séculos XIX e XX e que tem vindo a ser exportado para o resto do mundo desde então. Saber se as diferenças registadas entre os processos de modernização dos diferentes países, regiões e continentes justificam que se fale de «modernidades múltiplas» ou tão-somente de «variantes da modernidade» é, em nosso entender, uma questão fundamentalmente empírica (v., por exemplo, Eisenstadt 2000 e Domingues 2003). O nosso contributo para este debate consiste em descobrir em que medida é que as práticas e valores políticos dos cidadãos que vivem e trabalham na rede urbana transnacional apresentam realmente sinais de convergência. Por outras palavras, há ou não um «efeito-globalização» ou «efeito cidades globais»?¹⁴ Uma resposta positiva a esta questão constituirá um indício de que o processo de globalização em curso nas últimas duas décadas estará, de facto, a disse-

¹³ A presença de um grupo de pessoas sem crenças religiosas é derivada da variável v298; já o facto de se viver (ou não) em união de facto é derivado da variável v203.

¹⁴ Embora, em rigor, aqui incluamos não apenas as cidades propriamente «globais», mas muitas outras que ocupam posições hierárquicas inferiores na rede transnacional acima referida.

minar o modelo de sociabilidade moderna analisado por figuras como Hegel, Marx, Simmel, Weber, Parsons (1964) e, mais recentemente, Habermas (1986), em particular no que diz respeito às suas dimensões estritamente políticas.

Para medir este «efeito-globalização», ou «efeito-cidades globais», foram utilizados dois indicadores principais. Um deles prende-se com o tamanho do município. Uma vez estabelecidos os valores e crenças predominantes entre a classe média-alta, este indicador permitir-nos-á avaliar se estes variam entre aqueles que habitam em grandes aglomerados urbanos ou não (isto é, algures no resto do respectivo país). Já o segundo indicador seleccionado, a saber, o país de pertença do entrevistado, é aqui utilizado para testar se as variações, ou idiosincrasias nacionais, se sobrepõem ao «efeito-globalização» na definição do conjunto de orientações normativas, formas de participação cívica e estilos de vida das respectivas classes médias-altas. O tamanho do município é uma variável que necessariamente varia segundo o país analisado. Uma vez que a nossa hipótese de trabalho é a de que será nas grandes urbes que mais se fazem sentir os estilos de vida e de participação cívica que nos interessam, criámos uma variável sensível a esta circunstância. No quadro 9.5 apresenta-se uma distribuição de frequências do indicador «tamanho do município» para o conjunto da amostra de todos os países contemplados, tendo-se elaborado quatro categorias de tamanho de município, variando entre o menor (menos de 2000 habitantes) e o maior (mais de 500 000 habitantes). Por conseguinte, o critério definidor de uma grande cidade é, neste estudo, a barreira do meio milhão de habitantes, sugerindo, de resto, a demarcação feita pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Seguindo este critério, a ONU concluiu, em 2005, que 48,7% da população mundial era urbana, isto é, vive em agregados com mais de 500 000 habitantes. No nosso caso, o resultado é bastante inferior, isto é, apenas 17% da população dos países estudados vive em agregados populacionais superiores a 500 000, em grande parte devido à ausência da China e da Índia na nossa amostra.¹⁵

¹⁵ Em todo o caso, a distribuição da população entrevistada nesta e na variável «rendimento familiar médio» não afecta os resultados das análises aqui efectuadas (regressões), tal como se pode ver, entre outros, pelo trabalho de Verbeek (2000). Sobre os dados da ONU, v. «Urban agglomeration 2005» e «Urban and rural areas 2005» em <http://www.un.org/esa/population/unpohtm> (25-2-08).

Quadro 9.5 – Tamanho do município: frequências

	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulada
Urbano, grande cidade (mais de 500 000)	8 277	17,1	17,1
Urbano, cidade média (até 500 000)	9 201	19,0	36,0
Urbano, pequena cidade (até 100 000)	12 676	26,1	62,2
Vilas ou aldeias (menos de 20 000)	18 352	37,8	100,0
Total	48 506	100,0	

O «efeito-cidades globais» nas orientações normativas da nova classe média-alta

Para determinar este efeito tentou-se, em primeiro lugar, comprovar se se encontram realmente presentes valores e comportamentos cívicos e políticos distintivos na «classe média-alta» dos países analisados. De seguida, procurou-se averiguar se a presença de um ou outro tipo de valores e comportamentos era alvo de alterações pelo facto de se viver numa grande cidade ou num determinado país, em vez de outro. Isto é, procurou-se determinar se existe, de facto, um «efeito-cidade global» sobre os valores e comportamentos cívicos dos seus habitantes, ou se, pelo contrário, o país de origem continua a ser um factor mais determinante na variação de culturas cívicas e políticas. A fim de dar resposta a estas questões, realizou-se um conjunto de análises de regressão, com o intuito de se averiguar o peso de cada uma das variáveis na explicação do valor relativo dos valores do conjunto de cidadãos objecto de estudo.¹⁶ No cômputo geral, pode observar-se que o valor da estimativa, o modelo estatístico beta é baixo, tal como havia ocorrido com os valores das correlações.

¹⁶ Concretamente, foram realizadas análises de regressão linear para as variáveis contínuas, ao passo que para as variáveis categóricas, como é o caso da não filiação partidária, sem religião, ou viver em união de facto, se realizaram análises de regressão logística binária. Para o caso da variável «país» foram elaboradas 36 variáveis *dummy* a fim de se poderem conhecer os respectivos efeitos sobre as variáveis dependentes. Não se mostram os resultados das análises para o conjunto dos 36 países para não tornar a leitura demasiado monótona. Não obstante, representar-se-á simbolicamente a importância desta variável mediante a presença de um sinal positivo, no sentido de que a variável «país» tem valor explicativo quando o número de países em que não se verifica uma associação entre a variável dependente e o país é inferior a cinco.

Quadro 9.6 – Classe média-alta, cidades globais e países: efeito sobre os valores cívico-políticos

	Democracia activa	Sem preferência partidária	Mau funcion. dos serv. públicos	Confiança cívica	Tolerância	Mobilização	Sem religião	Unões de facto
Beta								
CMA	-0,052**	-0,015**	-0,076**	0,148**	0,045**	0,289**	0,010**	0,011**
Cidade		0,001*	0,024**			0,031**	0,006**	
País			+/-	+	+	+/-		+
Cte.	85,77	-1,30	56,51	40,81	76,34	94,33	-1,47	-1,46
R ² ***	0,080	0,385	0,218	0,126	0,053	0,248	0,236	0,142
F/ Wald	98,98	165,51	314,15	163,1	68,69	375,90	353,65	157,92
Sig. F	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	000
% casos explicados		82					79,9	79,4

* Considerou-se que a variável «país» tem valor explicativo quando o número de países em que não há associação entre a variável dependente e o país é inferior a cinco.

** A regressão é significativa ao nível 0,01.

*** Para a regressão logística, o pseudo R² utilizado é o de Nagelkerke.

Conclusões

Estamos agora em condições de responder à questão colocada no início deste capítulo, a saber, em que medida seria perceptível a emergência de um novo grupo sócio-económico a nível global cujos valores e práticas políticas se distinguem dos restantes grupos sociais dos respectivos países. Com efeito, os resultados indicam, sem margem para dúvidas, que a «classe média-alta» é o melhor preditor dos três factores utilizados. A pertença a uma classe média-alta tem maior impacto, ou poder de conformação, das orientações normativas e comportamentos cívicos do que o país em que se vive. Por outras palavras, os resultados obtidos parecem apoiar a nossa hipótese de que as teses de Boschken sobre a emergência de uma nova classe média-alta nos EUA como porta-estandarte dos valores e estilos de vida da globalização podem, de facto, ser generalizadas a outros pontos do globo.

Na verdade, outros estudos publicados nos últimos anos usando os dados do *World Social Survey* vinham sugerindo uma tendência semelhante no sentido de uma convergência global de valores. Como explica Ronald Inglehart num destes estudos, «modernização económica e modernização cultural tendem a associar-se em sistemas normativos coerentes» (Inglehart 1995, 381). Reforçando esta ideia, num outro trabalho recente, John Meyer sugere que está a surgir uma «sociedade mundial» organizada em certos pontos comuns estruturais, como a adopção de instituições políticas, ainda que, em certos casos, longe de serem tão funcionais quanto o são nos países de origem (Meyer *et al.* 1997). Ou seja, apesar das evidentes dificuldades com que algumas variantes da modernidade vêm adoptando a estrutura institucional moderna (Tavolaro 2005), a verdade é que alternativas válidas ao Estado de direito constitucional, com as suas liberdades, direitos e garantias, ou à democracia representativa, com o seu sistema de partidos e eleições livres, competitivas e justas, não proliferam. O que os nossos resultados mostram é que em quase quarenta países do início do século XXI existe uma classe social emergente que se distingue dos demais grupos que compõem as respectivas sociedades nacionais por referência aos modelos normativos difundidos pelo processo de globalização.

Esta conclusão, por seu turno, suscita uma outra questão. Afinal, que valores e práticas políticas distinguem esta nova «classe média-alta» e de que forma é que o desenvolvimento dessas práticas e valores é afectado pelo facto de se viver em cidades globais ou, com efeito, em diferentes países? Em primeiro lugar, trata-se de um grupo social que se distingue

por se mobilizar politicamente. Assina petições, participa em fóruns políticos na Internet, boicota certos produtos por motivos ambientais e participa regularmente em manifestações; definitivamente, mobilizações de consumo e protesto (Montero, Font y Torcal 2006) são actividades políticas que fazem parte do horizonte de experiências deste grupo social. A relação virtuosa, sugerida por grande parte da literatura sociológica, entre a posse de elevados volumes de diferentes tipos de recursos (económicos, sociais, culturais, etc.) e a participação cívica parece confirmar-se aqui mais uma vez. O que a nossa análise traz de novo é o carácter transnacional deste fenómeno. Em cerca de quarenta países, uma mesma classe social apresenta consistentemente uma tendência para a mobilização política que a distingue das demais classes sociais nacionais. Mas o nosso contributo não se resume ao papel da nova «classe média-alta». O segundo ângulo da nossa análise, o «efeito-cidades globais», surge aqui a reforçar esta tendência. Por outras palavras, os nossos resultados indicam que o facto de se viver num grande centro urbano reforça esta tendência de mobilização política por parte deste grupo sócio-económico. Cidade e cidadania, ou melhor, cidades globais e o exercício efectivo dos direitos de cidadania parecem reforçar-se mutuamente. Contudo, o facto de se viver num país ou noutro, como nos vêm mostrar os resultados desta análise, continua a ser um factor importante para explicar a mobilização política. Ser de classe média-alta, viver em grandes aglomerados urbanos, sobretudo se localizados em determinados países, reforça a mobilização quer para o consumo, quer para o protesto politicamente motivado. Com efeito, viver num país como a Austrália, o Canadá, a França ou a Nova Zelândia acentua muito significativamente os valores da mobilização, sobretudo quando o factor «país» é conjugado com o factor «urbanidade» e a pertença a uma determinada classe social.

Em segundo lugar, esta classe social tende a ser politicamente interveniente, embora no sentido inverso ao preconizado pela «nova cultura política». Concretamente, os resultados dos três primeiros indicadores do quadro 9.4 parecem indicar um certo cinismo democrático quanto à necessidade da sua intervenção política, assim como a importância das hierarquias partidárias e administrativas (pontuações negativas, contrárias aos resultados esperados). Portanto, mantêm-se traços da *class politics* que referimos acima, a qual predominou durante boa parte do século XX. Aparece aqui, não obstante, um resultado novo e bastante interessante. É o facto de se viver numa grande cidade, mais do que se pertencer a uma determinada classe social, aquilo que determina o desen-

volvimento de uma cultura política próxima das orientações sublinhadas por Clark e seus seguidores. Parece poder afirmar-se, portanto, que a cidade global constitui um agente promotor da «nova cultura política». Por conseguinte, o «efeito-globalização» e, em concreto, a residência em grandes *poleis* parecem ajudar a derrubar barreiras de classe e territoriais à medida que suscitam a formação de novos valores e racionalidades axiológicas.

Em terceiro lugar, esta nova classe parece confiar mais nos restantes membros da sociedade e a ser mais tolerante com estilos de vida alternativos. Temas, como sabemos, centrais à «nova cultura política»: a sexualidade vivida à margem das convenções sociais tradicionais, a tolerância para com essas práticas, a confiança no *outro*, a diminuição da importância da religião institucionalizada na sua função de justificação normativa do comportamento humano, são alguns destes temas. Em suma, falamos de orientações cívicas e formas de vida co-originárias com as sociedades pós-materialistas dos anos 70 do século XX e reforçadas com o acelerar do processo de globalização duas décadas mais tarde. Em todo o caso, é de salientar a influência do país de residência, como se pode observar no quadro 9.4, sobre a forma como os indivíduos concebem as virtudes cívicas e se posicionam face a estes novos estilos de vida. Neste domínio, entretido de valores (e, portanto, também de idiosincrasias) culturais, o «efeito-cidade global» praticamente desaparece: enquanto países como a Holanda, a Noruega e a Dinamarca marcam pontos no capítulo do relaxamento das convenções sociais e de abertura a formas alternativas de vida, Chipre ou Israel conferem centralidade à religião, a Coreia do Sul, o Japão e Taiwan à vida em casal, para dar apenas alguns exemplos.

Em suma, pensamos que neste texto ficou demonstrado em que termos as teses de Boschken, Clark e Sassen sobre a natureza e implicações do processo de globalização confluem entre si. Tal confluência permitiu-nos fazer luz sobre um processo ainda incipiente, mas cujos contornos se vão tornando mais claros à medida que as múltiplas variantes da modernidade vão integrando e reconstruindo o modelo de sociabilidade moderno. Referimo-nos à emergência, primeiro detectada nos EUA por Boschken, de uma nova classe média-alta cujos valores e estilos de vida parecem reproduzir os valores de individualismo, tolerância social e mobilização política próprios da «nova cultura política» de que fala Clark. E onde vivem e trabalham estes novos protagonistas da globalização? Maioritariamente numa grande cidade, algures no globo. O carácter decididamente urbano deste fenómeno não deve ser subes-

timado. Grande parte das pessoas que integram esta classe social vive em grandes cidades, espalhadas por todo o globo. Mais a mais, a confluência das teses permitiu-nos conhecer que a «nova cultura política», no que se refere a tendências nas hierarquias de preferências políticas dos cidadãos, à sua orientação a causas concretas e ao debate sobre a melhor forma de organização da gestão dos serviços públicos, é transversal a classes sociais e fronteiras nacionais, para situar-se sobretudo, em espaços urbanos, o seu claro espaço de eleição.

O facto de o *habitat* natural deste novo tipo social ser a «cidade global» estudada por Sassen, bem como o facto de a rede urbana transnacional incluir cidades de todos os continentes, é um sinal claro de que os efeitos da globalização se fazem primeiro sentir e com mais intensidade nos locais onde desde sempre o contacto anónimo com o *outro*, a convivência quotidiana com estranhos, foi mais forte – a cidade. Tinha razão Weber em recuperar o velho ditado europeu «O ar da cidade liberta». Já libertava os cidadãos da Europa medieval e parece continuar a libertar os urbanitas das cidades globais do século XXI. O âmbito global destas novas formas de participação política está aí para o demonstrar.

Quais as implicações destas conclusões para o caso da cidade de Lisboa? Caso estejamos certos quando pensamos ter identificado indícios da emergência de uma classe média-alta a nível internacional, classe esta que é tendencialmente urbana e se mobiliza sobretudo por causas, e já não tanto por instituições ou ideologias, como acontecia há algumas décadas, então é plausível pensar-se que tais indícios poderão igualmente ser encontrados entre nós (v., a este respeito, Cabral e Silva 2007). A configuração concreta de tal fenómeno constituirá, aliás, um indicador do nosso posicionamento relativo no contexto internacional. Por outras palavras, se a escala urbana oferece um nível de análise privilegiado para se observarem mudanças na estrutura de valores e das práticas políticas dos portugueses, então a comparação internacional de um conjunto alargado de casos semelhantes confere-nos a possibilidade de identificar padrões ou tendências globais à luz das quais se possam reinterpretar as mudanças detectadas a nível de cada país. Pensamos que a nova classe média-alta, tendencialmente urbana e aderente à «nova cultura política», que este capítulo sugere poder estar em emergência é um exemplo concreto de uma tal tendência global.